

## UNIÃO CONSENSUAL NO ESTADO DE SÃO PAULO EM 2010: UMA ANÁLISE BIVARIADA

José Alderir Silva<sup>1</sup>

Ricardo Monteiro de Carvalho<sup>2</sup>

### Resumo:

Este artigo tem como objetivo principal a análise e explicação da formação de uniões consensuais no estado de São Paulo no ano de 2010, adotando uma perspectiva sociodemográfica. O estudo visa investigar a magnitude da relação entre variáveis demográficas selecionadas, como gênero, idade, raça/cor, nível educacional, renda e religião, e a prevalência de uniões consensuais. Para tanto, os microdados do Censo Demográfico de 2010, fornecidos pelo IBGE são a principal fonte de informações. A pesquisa parte da hipótese de que indivíduos com certas características sociodemográficas são mais propensos a escolher uniões consensuais em vez de outras formas de união. Os resultados, obtidos através de análises descritivas e bivariadas, revelam que o perfil dos indivíduos em uniões consensuais está alinhado com as evidências relatadas na literatura existente.

**Palavras-chave:** Censo; Escolaridade; Casamento; Coabitação.

### CONSENSUAL UNION IN THE STATE OF SÃO PAULO IN 2010: A BIVARIATE ANALYSIS

### Abstract:

This article aims to analyze and explain the formation of consensual unions in the state of São Paulo in 2010, adopting a sociodemographic perspective. The study aims to investigate the magnitude of the relationship between selected demographic variables, such as gender, age, race/color, educational level, income and religion, and the prevalence of consensual unions. To this end, the microdata from the 2010 Demographic Census, provided by IBGE, are the main source of information. The research is based on the hypothesis that individuals with certain sociodemographic characteristics are more likely to choose consensual unions over other forms of union. The results, obtained through descriptive and bivariate analyses, reveal that the profile of individuals in consensual unions is in line with the evidence reported in the existing literature.

**Keywords:** Census ; Education ; Marriage ; Cohabitation.

---

<sup>1</sup> Doutorado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) - (2021). Mestre em Economia pela (UFRN) - (2014). Graduado em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - (2011). Professor na Universidade Federal Rural do Semi Árido - UFRSA, lotado no Departamento de Engenharias. Doutorando em Demografia - (UFRN). E-mail: josealderir16@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando em Demografia pelo Programa de Pós-Graduação em Demografia (PPGDEM) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Pesquisador do Observatório das Migrações no Estado do Ceará (OMEC/URCA) e do Laboratório de Estudos de Mobilidade Populacional Nordestina (LEMON/PPGDEM/UFRN). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: ricardo.monteiro.011@ufrn.edu.br.

## 1 INTRODUÇÃO

Na Europa, a coabitação é frequentemente interpretada como resultado de uma maior igualdade de gênero e de um questionamento das convenções sociais tradicionais. Em contrapartida, na América Latina, de acordo com de Vos (2000), as uniões consensuais têm desempenhado um papel central no sistema familiar ao longo de séculos. Suas origens históricas remontam ao período colonial, quando as tentativas de impor o modelo de casamento católico encontraram resistência em uma sociedade caracterizada por diversidade étnica e cultural. Além desse legado histórico e cultural, os padrões de formação de uniões na região também foram moldados por fatores socioeconômicos.

Em 1970, a coabitação era rara no Brasil, que tinha baixos índices dessa prática em comparação com outros países latino-americanos. A rápida expansão da coabitação no Brasil, descrita por Lesthaeghe (2020) como parte da Segunda Transição Demográfica (STD), revela que a prevalência desse tipo de união varia amplamente entre os indivíduos, influenciada por características sociodemográficas como idade, raça/cor, renda, nível educacional e religião, como diversos estudos também têm observado.

Martín (2002), por exemplo, investiga os padrões de nupcialidade na América Latina e no Caribe após a década de 1970, utilizando um modelo logit para identificar os fatores associados ao casamento formal e informal. O estudo analisa as diferenças entre mulheres em uniões legais e consensuais, considerando o contexto socioeconômico e as trajetórias de formação familiar. Os resultados empíricos indicam que as uniões consensuais são mais prevalentes entre mulheres mais jovens, especialmente aquelas com menor nível de escolaridade.

Já Fussell e Palloni (2004) analisaram o regime de casamentos na América Latina entre 1950 e 2000, utilizando variáveis como disponibilidade de parceiros, condições econômicas e mudanças na valorização do casamento, sem distinguir entre união consensual e casamento formal. Eles encontraram uma tendência persistente de casamentos em idade jovem na região. Em contraste, Rosero-Bixby *et al.* (2009) questionam a universalidade do casamento e da maternidade na América Latina, evidenciando que mulheres com maior nível educacional têm menor probabilidade de se tornarem mães e tendem a formar uniões em idade mais avançada.

Carmichael (2011) analisou dados de 77 países em desenvolvimento e concluiu que a capacidade de decisão autônoma das mulheres é reduzida quando elas se casam muito jovens e com uma grande diferença de idade em relação aos seus cônjuges. A educação emerge como o principal fator determinante da idade ao casamento, no qual passam a ocorrer mais tarde, tendo diferenças de idade entre os cônjuges diminuindo conforme o nível educacional aumenta. Entretanto, a pesquisa revelou que alguns países enfrentam práticas extremas, como casamento infantil e escolha de cônjuges conforme regras tradicionais ou pela decisão dos pais.

Esteve *et al.* (2012) investigaram o aumento da coabitação na América Latina durante os trinta anos do século XX e encontraram uma expansão das uniões consensuais tanto em regiões com tradições de coabitação quanto em áreas sem essas práticas, inclusive entre segmentos da população com maior escolaridade. Os autores sugerem que esse aumento pode estar associado a fatores econômicos e a uma maior aceitação social dessas novas formas de união.

Verona *et al.* (2012) examinaram a relação entre a frequência a cultos e a escolha entre casamento e união estável. Seus resultados mostram que, para os católicos, uma maior frequência às missas está negativamente correlacionada com a

probabilidade de optar por uma união consensual. A mesma correlação é observada entre os protestantes, mas com menor intensidade. Isso se deve ao fato de que membros desses grupos frequentemente seguem normas morais conservadoras que desaprovam uniões não formalizadas oficialmente.

Em outro estudo, Verona *et al.* (2015) destacam a influência da religião na escolha entre casamento e união consensual no Brasil. Os autores observam que o casamento possui um alto valor simbólico, especialmente entre os jovens evangélicos, que tendem a casar mais cedo e preferem o casamento formal como a primeira forma de união, em comparação com os católicos. Além disso, indivíduos de baixa renda também buscam casamentos coletivos organizados por secretarias municipais ou instituições religiosas, indicando que a formalização do casamento em cartório ou igrejas ainda é relevante.

Vieira e Alves (2016) compararam a idade média à união e ao casamento de homens e mulheres nas 27 unidades federativas do Brasil em 2000 e 2010, investigando associações com a disponibilidade de parceiros, a viabilidade do casamento e mudanças na percepção do valor do casamento. Usando a metodologia de Hajnal (1953), os autores encontraram que a idade média à união variou pouco durante o período estudado, enquanto a idade média ao casamento aumentou significativamente, refletindo condições materiais e econômicas. A idade média à união, por sua vez, foi associada à disponibilidade de parceiros e a mudanças culturais que oferecem alternativas ao casamento formal.

Cunha e Verona (2022) investigam a relação entre a expansão educacional e o aumento das uniões consensuais no Brasil entre 1980 e 2010, considerando também raça/cor e religião para um subgrupo de mulheres de 25 a 29 anos. Os resultados mostram que a diferença entre mulheres com níveis educacionais baixos e altos aumentou ao longo do tempo, com aquelas com ensino superior tendo menor probabilidade de optar por uniões consensuais. Mesmo entre mulheres mais escolarizadas, aquelas de grupos socioeconômicos mais baixos e de cor preta ou parda têm maior probabilidade de estar em uniões consensuais. Esses achados contrastam com a Segunda Transição Demográfica proposta por Esteve *et al.* (2016) e Lesthaeghe (2020), mas estão alinhados com a ideia de que a religião influencia as decisões sobre a união conjugal, conforme indicado por Verona *et al.* (2015).

Perelli-Harris e Kuang (2024) destacam uma tendência global de substituição do casamento formal por uniões consensuais, que podem servir tanto como uma etapa preliminar ao casamento quanto como uma alternativa para relacionamentos duradouros. Eles associam esse aumento na coabitação a fatores como menor escolaridade, emprego instável e secularização. No entanto, ressaltam que essas associações variam conforme o contexto de cada país, indicando que aspectos culturais, legais e sociais são determinantes nas escolhas de parceria.

Este artigo visa investigar e contribuir com a literatura ao analisar a formação de uniões consensuais no estado de São Paulo durante o ano de 2010, com foco nas variáveis que potencialmente influenciam a prevalência desse tipo de união na população paulista. A estrutura desse estudo é composta por mais quatro seções, além desta introdução. A seguinte fornece uma análise detalhada das variáveis envolvidas e suas expectativas em relação às uniões formais e consensuais. Na terceira são descritos os métodos empregados para a análise dos dados. A quarta apresenta a análise dos resultados obtidos. Por fim, a quinta trata das conclusões e considerações finais do estudo.





uniões estáveis. Portanto, a prevalência de uniões informais tende a ser maior entre pessoas sem religião do que entre aquelas que são religiosas.

Embora não haja um consenso uniforme no Brasil, a classificação racial frequentemente se baseia em características fenotípicas, como cor da pele, tipo de cabelo e formato do nariz, distinguindo cinco categorias principais: preto, branco, pardo, amarelo e indígena. Petrucelli (2001) esclarece que, na literatura brasileira sobre relações raciais, há um consenso de que as desigualdades sociais estão profundamente entrelaçadas com a diferenciação racial e por cor, reforçando a ideia de que a questão racial continua sendo um critério importante na classificação social.

Segundo Longo *et al.* (2012), as **diferenças raciais** tornam-se relevantes na escolha de parceiros matrimoniais, uma vez que refletem não apenas uma posição distinta no mercado matrimonial, mas também podem indicar uma mobilidade social para indivíduos de raça/cor com status social mais baixo que se unem a parceiros de maior status. Nesse contexto, o casamento pode ser visto como um meio de mobilidade social, no qual um indivíduo de raça/cor mais escura pode buscar um parceiro de cor mais clara, com o objetivo de melhorar o status social dos filhos dessa união e legitimar a mudança na posição social.

Longo *et al.* (2012) afirmam que essa dinâmica pode ser explicada pelo conceito de "compensação racial". Em outras palavras, apesar de as uniões inter-raciais serem frequentemente vistas como uma forma de romper barreiras raciais, a cor da pele mais escura ainda carrega um estigma que é percebido como desvantajoso. Como resultado, indivíduos com cor de pele mais escura podem sentir a necessidade de compensar essa desvantagem no casamento por meio de atributos que indicam status social, como um nível educacional mais alto. Costa (2004) observa que essa tendência é visível quando um indivíduo de raça/cor com status social considerado inferior, mas com maior nível educacional, se casa com alguém de raça/cor de maior status social, porém com menor nível educacional.

Embora tenha havido um aumento na aceitação das uniões inter-raciais nos últimos anos, ainda é frequente a ocorrência de uma "compensação" de status para facilitar a formação dessas uniões. Além disso, a partilha de uma mesma religião pode desempenhar um papel significativo na mitigação das diferenças raciais, uma vez que as uniões inter-raciais são mais comuns entre indivíduos que compartilham a mesma fé. Em contraste, as barreiras raciais tendem a ser mais acentuadas entre grupos que pertencem a diferentes religiões<sup>3</sup>. Portanto, é esperado que, de forma geral, as uniões consensuais sejam mais comuns entre indivíduos de raças mais escuras em comparação com aqueles de cor branca e amarela.

López *et al.* (2008) afirmam que a **educação** é uma das características sociodemográficas mais significativas ao se analisar a formação de uniões, sendo altamente valorizada no mercado matrimonial. Segundo Greene e Rao (1992), essa valorização resulta do rápido processo de modernização econômica, política e social ocorrido no Brasil nas últimas décadas, aliado aos altos índices de desigualdade social, que elevaram a educação a um critério crucial na hierarquização social.

A literatura destaca a forte correlação entre o nível educacional e o tipo de união escolhido, sugerindo que indivíduos com maior escolaridade tendem a optar por uniões formais, enquanto aqueles com menor escolaridade frequentemente escolhem uniões informais. Assim, espera-se que um maior nível de instrução esteja associado a uma maior formalização das uniões. Essa preferência pode ser atribuída a fatores

<sup>3</sup> Vide Longo *et al.* (2010) sobre a união inter-racial e a religião.

como maior estabilidade econômica, valores sociais e expectativas de vida. Pessoas com maior nível educacional geralmente possuem melhores oportunidades de emprego e rendimentos mais elevados, permitindo-lhes sustentar uma família dentro de um modelo formal de união.

Por outro lado, indivíduos com menor escolaridade são mais propensos a optar por uniões informais, como a união consensual. Essa escolha pode ser influenciada por fatores como instabilidade econômica, menores oportunidades de emprego e diferenças culturais. Em muitos casos, a união informal pode ser considerada uma alternativa mais flexível e menos onerosa em comparação ao casamento formal. Costa (2004) sugere que essa preferência reflete uma falta de recursos financeiros para realizar um casamento formal, embora esses indivíduos possam estar dispostos a assumir compromissos menores associados à coabitação.

Adicionalmente, a decisão entre uniões formais e informais pode ser impactada por fatores culturais e regionais, onde tradições locais e práticas sociais desempenham um papel importante. Em áreas onde as uniões informais são mais prevalentes e socialmente aceitas, o nível educacional pode ter um impacto menor na escolha do tipo de união.

Pesquisas<sup>4</sup> indicam que indivíduos com **rendimentos** mais baixos tendem a optar por uniões informais, como a coabitação, enquanto aqueles com rendimentos mais elevados são mais inclinados a escolher uniões formais, como o casamento civil.

Essa preferência pode ser atribuída a vários fatores econômicos. Em primeiro lugar, os custos associados ao casamento formal, incluindo despesas com cerimônias, recepções e documentação legal, podem ser excessivos para pessoas de baixa renda. Por outro lado, uniões informais não implicam esses gastos iniciais elevados, tornando-se uma alternativa mais acessível economicamente.

De acordo com Cabella (2006), a estabilidade financeira desempenha um papel crucial na capacidade de planejamento a longo prazo. Indivíduos com rendimentos mais elevados geralmente gozam de maior segurança financeira, o que lhes possibilita planejar e investir em uma união formal. Em contraste, aqueles com rendimentos mais baixos frequentemente enfrentam incertezas econômicas que dificultam o planejamento a longo prazo, levando-os a preferir uniões informais, que oferecem maior flexibilidade e exigem menos compromisso financeiro imediato.

Além disso, as uniões formais são mais frequentemente escolhidas por indivíduos das camadas mais abastadas, pois elas atendem a interesses específicos, como a legitimação da família, a proteção do patrimônio e a transmissão de herança, conforme destacado por Quinteiro (1993). Quadro 1 resume as variáveis e suas relações esperadas com a escolha do tipo de união.

---

<sup>4</sup> Vide Castro e Martin (2002), Brand (2008) e Lazo e Moraes (2012).

**Quadro 1:** Sinais esperados das variáveis em estudo

Variáveis	União Formal	União Informal	Referências
Idade	+	-	Levy (2006), Longo (2010).
Religião	+	-	Lazo e Moraes (2004), Verona <i>et al.</i> (2012), Longo (2011) Alves <i>et al.</i> (2010).
Raça/Cor	-	+	Costa (2004), Petrucelli (2001), Longo <i>et al.</i> (2012).
Educação	+	-	Costa (2004), López <i>et al.</i> (2008), Brand (2008), Longo (2011) Lazo e Moraes (2012).
Renda	+	-	Castro e Martin (2002), Cabella (2006), Lazo e Moraes (2012).

Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, a literatura sugere que indivíduos com maior idade, maior adesão aos princípios religiosos, nível educacional mais alto, maior renda e de raça branca têm uma probabilidade maior de optar pelo casamento formal em comparação com a união consensual.

### 3 METODOLOGIA

Este estudo consiste em uma análise descritiva, utilizando uma amostra complexa da população do estado de São Paulo que se encontra em união formal ou consensual no ano de 2010, diferenciando por raça, grau de escolaridade, religião, situação de domicílio, beneficiário de programas sociais e rendimento per capita. Diante disso, a principal fonte de informações são os microdados dados do Censo Demográfico de 2010, captados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para o tratamento das informações foi utilizado o software R<sup>5</sup>, sintetizados no Quadro 2. Diante disso, além das variáveis selecionados e a partir das variáveis contínuas “Idade” e “Renda domiciliar *per capita* em salários-mínimos”, foi necessário criar mais duas de classificação categórica, sendo “Grupo etário” e “Salário”. A primeira foi agrupada em i) Até 18 anos; ii) Entre 19 e 29 anos; iii) Entre 30 e 39 anos; iv) Entre 40 e 49 anos; v) Entre 50 e 59 anos e vi) 60 anos ou mais, enquanto a segunda foi categorizada: i) Até 1 salário; ii) Entre 1 e 3 salários; iii) Entre 3 e 5 salários; iv) Entre 5 e 10 salários e v) 10 salários ou mais.

Quanto as variáveis categóricas, duas delas foram manipuladas para sintetizar suas respostas, sendo “Natureza da união”, onde inicialmente eram compostas por: i) “União consensual”; ii) “Casamento civil e religioso”; iii) “Só casamento civil”; iv) “Só casamento religioso” e v) “Não informado”, após a manipulação ficou sintetizada em apenas “Sim” ou “Não” para união consensual. Outra variável manipulada foi “Religião”, no qual as respostas foram simplificadas em i) Sem religião, agnóstico e ateu; ii) Católico; iii) Evangélico; iv) Não declararam e v) Outra religião.

<sup>5</sup> R (Project for Statistical Computing), versão 4.3.3, fazendo-se uso da função *svydesign*, da biblioteca *survey* do próprio software.

**Quadro 2:** Descrição das variáveis e categorias

Código	Variável	Categorias
V0639	União consensual	Sim Não
V0601	Sexo	Feminino Masculino
V6036	Idade	Até 18 anos Entre 19 e 29 anos Entre 30 e 39 anos Entre 40 e 49 anos Entre 50 e 59 anos 60 anos ou mais
V6531 V6532	Renda	Até 1 salário <sup>6</sup> Entre 1 e 3 salários Entre 3 e 5 salários Entre 5 e 10 salários 10 salários ou mais
V1006	Situação do Domicílio	Rural Urbana
V0606	Raça	Amarela Branca Ignorado Indígena Parda Preta
V6400	Nível de instrução	Fundamental completo e médio incompleto Médio completo e superior incompleto Sem instrução e fundamental incompleto Superior completo
V6121	Religião	Católico Evangélico Não declararam Outra religião Sem religião, agnóstico e ateu
V0657	Recebe benefício programa social	Sim Não

Fonte: Elaboração própria, com base no Censo Demográfico de 2010.

Além disso, aplicou-se um filtro para “1- Sim” na variável V0637 (Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a), excluindo as demais respostas: “2- Não, mas viveu”, “3- Não, nunca viveu” e “Branco”. Outra manipulação necessária foi feita a partir da função *na.omit*, a fim excluir da base as linhas com NA's ou sem respostas.

Inicialmente, foi realizada uma análise individual das variáveis em foco. Posteriormente, conduziu-se uma análise bivariada comparando a variável “União Consensual” com as variáveis sociodemográficas, considerando estatisticamente significativos os valores de  $p \leq 0,05$ .

O método utilizado para testar a significância da associação entre duas variáveis qualitativas foi o teste Qui-Quadrado de Pearson<sup>7</sup>, que é uma técnica eficaz para a análise entre variáveis qualitativas que envolvem duas ou mais categorias que é uma técnica eficaz para a análise entre variáveis qualitativas que envolvem duas ou

<sup>6</sup> O salário-mínimo de 2010 que era de 510,00 R\$.

<sup>7</sup> Hipótese nula (H0): As variáveis são independentes, caso  $p\text{-value} < 0,05$ ; Hipótese alternativa (H1): As variáveis não são independentes, caso  $p\text{-value} > 0,05$ .



mais categorias, e o T de Student<sup>8</sup>, adequado para comparação de duas médias (Bassetto, 2021). É importante destacar que, quanto ao primeiro, foi ajustado pela correção de segunda ordem de Rao-Scott, no qual leva em consideração o efeito do plano de amostragem, além de que se levou em consideração o intervalo de confiança de 95% para ambos.

## 4 RESULTADOS E DISCURSÕES

Nesta seção, primeiro será realizada uma análise descritiva das variáveis sem discriminar por união formal ou consensual. Essa diferenciação será feita através da metodologia bivariada procurando identificar um perfil para união consensual no estado de São Paulo em 2010.

### 4.1 ANÁLISE DESCRITIVAS

Conforme a Tabela 1, a população que apresentava algum tipo de união era de 18.024.860 pessoas, sendo 9.010.603 mulheres e 9.014.257 de homens. Desse total, 70,54% (12.714.123 pessoas) eram de união formal e cerca de 30% (5.310.737 pessoas) de união consensual. E como pode ser observado na Tabela 3, a população é predominantemente urbana (95,63%) e não a maioria não recebe nenhum benefício social (97,74%).

Quando se analisa por faixa etária, observa-se que as menores proporções de pessoas em algum tipo de união se encontram abaixo dos 18 anos e acima dos 60 anos, menos de 1% e 15%, respectivamente. Por outro lado, entre 30 e 49 anos se concentra a maior parte da população de São Paulo em algum tipo de união, alcançando quase 50% da amostra.

No que diz respeito a raça, tem-se que 64,93% das pessoas que se encontravam em alguma forma de união é da cor branca, mais do que o dobro da população parda, que detinha 27,87%. A população de cor preta aparece em terceiro com 5,53% seguido da população de cor amarela com 1,54%, indígena e de cor ignorada com menos de 1% cada.

Já em relação a escolaridade, mais de 7 milhões de pessoas sem instrução ou com fundamental incompleto se encontravam em alguma forma de união (39,68%), enquanto as pessoas com ensino médio completo ou superior completo eram mais de 5 milhões (28,68%), fundamental completo e médio incompleto somavam 3,2 milhões (18,01%). As pessoas com ensino superior vivendo em alguma forma de união em 2010, somavam 2,4 milhões, ou seja, 13,63% do total.

No quesito religioso, os católicos predominam com mais de 60% da amostra, sendo seguido pelos evangélicos com 25,45%, das pessoas sem religião, agnóstico e ateu (6,92%), outra religião (6,65%) e, por último, das pessoas que não declararam com menos de 1% de representatividade.

Os dados também mostram que as pessoas com menores salários viviam em algum tipo de união, sendo as pessoas com renda de 1 a 3 salários tendo uma representatividade superior a 83%. Por outro lado, as pessoas com rendimentos de 3 a 10 salários tinham uma representatividade de cerca de 16%.

<sup>8</sup> Hipótese nula (H0): As médias são iguais, caso p-value < 0,05; Hipótese alternativa (H1): As médias não são iguais, caso p-value > 0,05.





...continuação

Entre 19 e 29 anos	1.645.739 (51,85) (0,52%, 0,52%)	1.528.490 (48,15) (0,48%, 0,48%)
Entre 30 e 39 anos	1.680.932 (35,68) (0,35%, 0,36%)	3.030.038 (64,32) (0,64%, 0,65%)
Entre 40 e 49 anos	1.077.106 (25,59) (0,25%, 0,26%)	3.132.383 (74,41) (0,74%, 0,75%)
Entre 50 e 59 anos	552.879 (17,61) (0,17%, 0,18%)	2.586.783 (82,39) (0,82%, 0,83%)
60 anos ou mais	282.391 (10,45) (0,10%, 0,11%)	2.420.829 (89,55) (0,89%, 0,90%)
<b>Raça ou cor</b>	<0,001	
Branca	2.916.260 (24,92) (0,25%, 0,25%)	8.787.288 (75,08) (0,75%, 0,75%)
Preta	396.060 (39,75) (0,39%, 0,40%)	600.220 (60,25) (0,60%, 0,61%)
Amarela	46.506 (16,75) (0,16%, 0,17%)	231.132 (83,25) (0,83%, 0,84%)
Parda	1.942.851 (38,67) (0,38%, 0,39%)	3.081.194 (61,33) (0,61%, 0,62%)
Indígena	8.848 (42,28) (0,40%, 0,45%)	12.077 (57,72) (0,55%, 0,60%)
<b>Nível de instrução</b>	<0,001	
Sem instrução e fundamental incompleto	2.248.592 (31,45) (0,31%, 0,32%)	4.900.709 (68,55) (0,68%, 0,69%)
Fundamental completo e médio incompleto	1.130.979 (34,85) (0,35%, 0,35%)	2.114.473 (65,15) (0,65%, 0,65%)
Médio completo e superior incompleto	1.518.149 (29,36) (0,29%, 0,30%)	3.652.119 (70,64) (0,70%, 0,71%)
Superior completo	412.805 (16,80) (0,17%, 0,17%)	2.044.609 (83,20) (0,83%, 0,83%)
<b>Religião</b>	<0,001	
Católico	3.383.913 (30,83) (0,31%, 0,31%)	7.591.437 (69,17) (0,69%, 0,69%)
Evangélico	958.063 (20,89) (0,21%, 0,21%)	3.628.498 (79,11) (0,79%, 0,79%)
Sem religião, agnóstico e ateu	631.348 (50,58) (0,50%, 0,51%)	616.819 (49,42) (0,49%, 0,50%)
Outra religião	331.446 (27,63) (0,27%, 0,28%)	867.972 (72,37) (0,72%, 0,73%)
Não declararam	5.754 (44,47) (0,41%, 0,48%)	7.185 (55,53) (0,52%, 0,59%)
<b>Situação do domicílio</b>	<0,001	



...conclusão

Urbana	5.062.297 (29,37) (0,29%, 0,29%)	12.172.068 (70,63) (0,71%, 0,71%)	
Rural	248.228 (31,50) (0,31%, 0,32%)	539.842 (68,50) (0,68%, 0,69%)	
<b>Tinha rendimento de programa social?</b>			<0,001
Sim	221.232 (54,22) (0,54%, 0,55%)	186.786 (45,78) (0,45%, 0,46%)	
Não	5.089.293 (28,89) (0,29%, 0,29%)	12.525.125 (71,11) (0,71%, 0,71%)	
<b>Rendimento domiciliar per capita</b>	845,78 (2.686,44) (832,74, 858,82)	1.285,99 (4.066,12) (1.273,98, 1.297,99)	<0,001
<b>Rendimento domiciliar em salários-mínimos</b>			<0,001
Até 1 salário	2.817.995 (38,78) (0,39%, 0,39%)	4.448.002 (61,22) (0,61%, 0,61%)	
Entre 1 e 3 salários	1.966.995 (25,28) (0,25%, 0,25%)	5.814.727 (74,72) (0,75%, 0,75%)	
Entre 3 e 5 salários	270.075 (18,32) (0,18%, 0,19%)	1.203.751 (81,68) (0,81%, 0,82%)	
Entre 5 e 10 salários	168.398 (16,91) (0,17%, 0,17%)	827.375 (83,09) (0,83%, 0,83%)	
10 salários ou mais	87.063 (17,24) (0,17%, 0,18%)	418.056 (82,76) (0,82%, 0,83%)	

<sup>1</sup> n (%); Média (Desvio Padrão)

<sup>2</sup> IC = Intervalo de confiança

<sup>3</sup> chi-squared test with Rao & Scott's second-order correction; t-test adapted to complex survey samples

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados do Censo Demográfico (IBGE, 2010)

Quando se analisa por grupo etário, observa-se que os jovens abaixo de 29 anos preferem a união consensual em detrimento da união formal. Até 18 anos, cerca de 84% dos jovens vivem em união consensual em 2010, enquanto apenas 15,77% estavam em união formal. Entre as pessoas de 19 a 29 anos, 51,84% estavam em uma relação consensual e 48,16% viviam em união formal. Para os grupos etários de idade maiores, a preferência pela união formal aumenta conforme aumenta a idade, passando de 64,32% da população com idade entre 30 e 39 anos para 89,55% da população com 60 anos ou mais. Por outro lado, a união consensual diminui, passando de 35,68% para 10,45% nas mesmas faixas etárias mencionadas. Portanto, observa-se que o resultado está de acordo com o esperado, ou seja, de que a união consensual é maior entre os jovens e que tende a diminuir conforme a idade aumente, como mostram Levy (2006) e Longo (2011).

No que diz respeito a raça, os dados mostram que existe uma preferência maior pela união formal em todas as raças, mas tendo uma diminuição conforme a cor declarada seja mais escura. Com o inverso ocorrendo no caso da união consensual. As pessoas brancas vivendo em união formal representava 75%, enquanto as pessoas vivendo em união consensual representava 25%. Já as pessoas

autodeclaradas pardas e pretas vivendo em união formal eram de 61,33% e 60,25% em 2010. Por outro lado, as pessoas que estavam em união consensual eram de 38,67% para pardos e de 39,75% para os autodeclarados pretos. Vale destacar ainda que entre os autodeclarados amarelos predominam a preferência pela união formal (83,25%) em contrapartida a união consensual (16,75%). Assim, o resultado encontrado para raça corrobora com os achados de outros estudos, de que a união consensual é maior entre as pessoas de cores escuras, como mostram Costa (2004), Petrucelli (2011), Longo *et al.* (2012).

Quando se analisa o tipo de união por escolaridade, verifica-se que existe uma preferência pela união formal à medida que o indivíduo tem maior escolaridade. União formal entre as pessoas sem instrução e com fundamental incompleto representavam 68,56%, esse percentual é de 65,15% para os que tem fundamental completo e médio incompleto, de 70,64% para os que tem médio completo e superior incompleto e de 83,20% para os que possuem ensino superior. Os que declararam viver em união consensual em 2010 no estado de São Paulo, 31,44% não tinham instrução ou fundamental incompleto, 34,85% tinham o ensino fundamental completo e médio incompleto, 29,36% o ensino médio e superior incompleto e 16,80% tinham o ensino superior. Dessa forma, observa-se um resultado similar aos de outros trabalhos de Brand (2008), Longo (2011) e Lazo e Moraes (2012) que mostram uma relação negativa entre o nível de escolaridade e a preferência por união consensual.

No aspecto religioso, os resultados mostraram uma preferência maior da união formal entre os evangélicos em relação aos católicos, uma vez que quase 80% dos evangélicos estão em união formal enquanto quase 70% dos católicos vivem esse tipo de união. Em contrapartida, 20% dos evangélicos estavam em união consensual enquanto 30% dos católicos estavam na mesma situação matrimonial. Entre as pessoas que se declararam não ter religião, observa-se uma leve preferência pela união consensual, 50,58%. Entre os que se declararam ter outra religião, 72,37% vivem em união formal (valor maior que os católicos) enquanto 27,63% estavam em união consensual. Desse modo, existe uma relação negativa entre religião e união consensual para os dados do estado de São Paulo, uma vez que quanto mais fiel o indivíduo a sua religião, menor a preferência pela união consensual, como encontrado também por Verona *et al.* (2011) e Alves *et al.* (2012).

Em relação a renda, os resultados indicam uma tendência da preferência pela união formal à medida que a renda aumenta e, conseqüentemente, uma diminuição da união consensual. Enquanto mais de 80% das pessoas com rendimentos entre 3 e 10 salários viviam em união formal, as pessoas com essa renda e vivendo em união consensual não apresentaram uma representatividade maior que 18% no estado de São Paulo em 2010. Embora a preferência pela união formal se mantenha entre as pessoas com rendimentos abaixo de três salários, ocorre uma diminuição nos respectivos percentuais. Até um salário, 61,23% estavam em uma união formal enquanto 38,77% estavam em união consensual. Já entre os que recebem de 1 a 3 salários, 74,72% vivem em união formal e 25,28% viviam em união consensual no estado de São Paulo. Portanto, tem-se uma relação inversa entre renda e união consensual no estado de São Paulo no ano de 2010, ou seja, quanto maior ao rendimento da pessoa menor a preferência pela união consensual. Esse achado está de acordo com os encontrados por Cabella (2006).

No critério situação do domicílio, tanto a população rural quando a urbana apresentou maior preferência pela união formal (68,50% e 70,63%, respectivamente) em relação a união consensual (31,50% e 29,37%, respectivamente). O mesmo ocorrendo entre os não beneficiários de programas sociais, 71,11% viviam em união

formal e 28,89% em união consensual. Já entre os beneficiários de algum programa social, 54,22% estavam em uma união consensual enquanto 45,78% em união formal. Em relação a esse último resultado, pode ser explicado pela questão de grande parte desses beneficiários ser de baixa renda e baixo nível de escolaridade, podendo essas duas características estarem sendo balanceadas pelo lado religioso, o que talvez justifique o percentual levemente superior da união consensual em relação a união formal.

Com os dados para o ano de 2010 expostos na Tabela 4, é possível concluir que o perfil das pessoas que tendem a preferir a união consensual é formado por pessoas mais jovens (abaixo dos 29 anos), autodeclarados de cor escura, com nível de escolaridade inferior ao médio completo, com princípios religiosos e uma renda abaixo de três salários, tendem a preferir a união consensual no estado de São Paulo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou e explicou a união consensual no estado de São Paulo em 2010, utilizando uma perspectiva baseada em variáveis sociodemográficas que possivelmente influenciam a prevalência dessa forma de união. A análise revelou perfis demográficos distintos para indivíduos vivendo em uniões formais e consensuais, oferecendo uma compreensão detalhada das características que distinguem esses dois tipos de união.

Os resultados indicam que a população paulista vivendo em alguma forma de união é predominantemente composta por indivíduos de 30 a 49 anos, de cor branca, com baixo nível de escolaridade, católicos e recebendo menos de três salários-mínimos. Isso sugere que fatores como idade, cor da pele, grau de instrução, religiosidade e renda são determinantes significativos na formação de uniões, sejam formais ou consensuais. Observou-se que quanto maior a idade, mais clara a cor da pele, menor o grau de instrução, maior a religiosidade e menor a renda, maior é a possibilidade de viver em alguma forma de união, e vice-versa.

Especificamente para a união consensual, os dados revelam que o perfil típico das pessoas que preferem esse tipo de união inclui indivíduos mais jovens (abaixo de 29 anos), autodeclarados de cor escura, com escolaridade inferior ao ensino médio completo, com princípios religiosos e uma renda abaixo de três salários-mínimos. Esses achados corroboram a literatura existente, que sugere que uniões consensuais são mais comuns entre grupos demográficos mais vulneráveis e com menor capital social e econômico.

Em conclusão, este estudo contribui para a compreensão das uniões consensuais no estado de São Paulo, oferecendo uma base empírica sólida para futuras pesquisas e para a formulação de políticas públicas que considerem as especificidades demográficas da população. Com base nas evidências apresentadas, é recomendável que iniciativas sociais e políticas sejam direcionadas para apoiar os grupos mais vulneráveis, promovendo a inclusão social e econômica e garantindo que todos os indivíduos tenham acesso a oportunidades equitativas de desenvolvimento pessoal e familiar.

## REFERÊNCIAS:

ALVES, J. E. D.; BARROS, L. F. W.; CAVENAGHI, S. M. A dinâmica das filiações religiosas no Brasil entre 2000 e 2010: diversificação e processo de mudança de

hegemonia. **Revista de Estudos da Religião (REVER)**, v. 12, n. 2, p. 145-174, 2012.

BARNABÉ, G. C. F. R. R. **União consensual no Estado de São Paulo a partir dos anos oitenta: características sociodemográficas e tendências recentes**. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2017.

BRAND, L. J. **Análise das uniões consensuais no Brasil usando regressão logística**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: IBGE/ENCE, 2008.

CABELLA, W.; FERNÁNDEZ, M. S. **Evolución reciente de las uniones consensuales entre los jóvenes del Uruguay**. 2017.

CARMICHAEL, S. Marriage and power: Age at first marriage and spousal age gap in lesser developed countries. **The History of the Family**, v. 16, n. 4, p. 416-436, 2011.

COSTA, C. S. **Unões informais no Brasil em 2000: uma análise sob a ótica da mulher**. 2004. Dissertação (Mestrado em Demografia). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2004.

COSTA, I. G. D. **Padrão de formação familiar em diferentes grupos religiosos no Brasil**. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2015.

COVRE-SUSSAI, M; MATTHIJS, K. Socio-economic and cultural correlates of cohabitation in Brazil. **In: Chaire Quételet Conference, Louvain-la-Neuve. Catholic University Leuven, Centre for Sociological Research, Leuven, Belgium**. 2010.

CUNHA, M. A; VERONA, A. P. Uniões conjugais consensuais entre mulheres com educação de alto nível: entendendo a heterogeneidade do contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 39, 2022.

DE SOUZA, G. A. **Dissoluções e formação de novas uniões: uma análise demográfica das tendências recentes no Uruguai**. (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2006.

ESTEVE, Albert *et al.* Cohabitation in Brazil: historical legacy and recent evolution. **Cohabitation and marriage in the Americas: geo-historical legacies and new trends**, p. 217-245, 2016.

ESTEVE, A.; GARCÍA, J.; MCCA, R. La enumeración de la soltería femenina en los censos de población: sesgo y propuesta de corrección. **Papeles de población**, v. 16, n. 66, p. 9-40, 2010.

ESTEVE, A.; GARCÍA-ROMÁN, J.; LESTHAEGHE, R. The family context of cohabitation and single motherhood in Latin America. **Population and Development Review**, v. 38, n. 4, p. 707-727, 2012.

ESTEVE, A.; LESTHAEGHE, R.; LÓPEZ-GAY, A. The Latin American cohabitation boom, 1970–2007. **Population and development review**, v. 38, n. 1, p. 55-81, 2012.

FUSSELL, E.; PALLONI, A. Persistent marriage regimes in changing times. **Journal of Marriage and Family**, v.66, n. 5, p. 1201-1213, 2004.



GREENE, M. E.; RAO, V. A compressão do mercado matrimonial e o aumento das uniões consensuais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 9, n. 2, p. 168-183, 1992.

GREENE, M. E. **The importance of being married: Marriage choice and its consequences in Brazil.** University of Pennsylvania, 1991.

GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S.; CHEIN, F. Evidências sobre o prêmio salarial masculino do casamento e da coabitação no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 40, 2023.

HAJNAL, J. Age at marriage and proportions marrying. **Population studies**, v. 7, n. 2, p. 111-136. 1953.

LAZO, A. C. G. V.; MORAES, J. R. As uniões consensuais no Estado do Rio de Janeiro em 2000: um estudo utilizando regressão logística. **Encontro Nacional De Estudos Populacionais. In: Anais... Caxambu. Abep. 2004.**

LESTHAEGHE, R. J. The second demographic transition: Cohabitation. **In: Cross-cultural family research and practice**. Academic Press, p. 103-141, 2020.

LEVY, M. F. **Temas conjugais: um diálogo entre os costumes e as leis**. 2006.

LONGO, L. A. F. B.; BARROS, F. **Unões intra e inter-raciais, status marital, escolaridade e religião no Brasil: um estudo sobre a seletividade marital feminina, 1980-2000.** Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2011.

LONGO, L. A. F. B.; MIRANDA-RIBEIRO, P. **Convivendo com as diferenças: União interracial, status marital e religião**. 2010.

LONGO, L. A. F. B.; MIRANDA-RIBEIRO, P. Bem-Me-Quer, Mal-Me-Quer: Raça/Cor, Educação e Seletividade Marital Feminina no Brasil em 2010. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 27, n. 2, 2012.

LONGO, L. A. F. B. **Unões intra e inter-raciais, status marital, escolaridade e religião no Brasil: um estudo sobre a seletividade marital feminina, 1980-2000**, 2011.

MARCONDES, G. La normalización jurídica de la familia, vida conyugal y reproducción en Brasil. **Nupcialidad y familia en la América Latina Actual**, v. 11, p. 255-283, 2011.

MARTIN, T. C. Consensual unions in Latin America: Persistence of a dual nuptiality system. **Journal of comparative family studies**, v. 33, n. 1, p. 35-55, 2002.

PERELLI-HARRIS, B.; KUANG, B. Demographic perspectives on cohabitation. In: **Research Handbook on Marriage, Cohabitation and the Law**. Edward Elgar Publishing. p. 296-312. 2024.

PETRUCCELLI, J. L. Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90. **Estudos Afro-Asiáticos**. v. 23, p. 29-51, 2001.

QUINTEIRO, M. C.; PRANDI, R. **Casados não casados: uniões consensuais nas camadas médias e populares**. 1988.

ROSETO-BIXBY, L.; CASTRO-MARTÍN, T.; MARTÍN-GARCÍA, T. Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing? **Demographic Research**, v. 20, p. 169-194, 2009.

RUIZ, L. L.; PALÓS, A. E.; PLA, Anna María Cabré. Distancia social y uniones conyugales en América Latina. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 2, n. 2, p. 47-71, 2008.

VERONA, A. P.; DIAS JR, C. S.; FAZITO, D.; MIRANDA-RIBEIRO, P. First conjugal union and religion: Signs contrary to the Second Demographic Transition in Brazil? **Demographic Research**, v. 33, p. 985-1014, 2015.

VERONA, A. P.; MIRANDA-RIBEIRO, P.; FAZITO, D. **Tipos de união e religião entre adolescentes e jovens no Brasil**, 2012.

VIEIRA, J. M.; ALVES, L. C. O comportamento da idade média à união e ao casamento no Brasil em 2000 e 2010. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 10, n 19, p. 107-125, 2016.

VOS, S. Nuptiality in Latin America: The view of a sociologist and family demographer. Madison, Wisconsin: Center for Demography and Ecology, **University of Wisconsin-Madison**, 1998.

Recebido em: 01/05/2025  
Aprovado em: 25/08/2025